

A SOCIEDADE CIVIL NA “NOVA PEDAGOGIA DA HEGEMONIA”

Marianne Oslay Cortes Alonso¹

RESUMO

A Sociedade Civil é uma das expressões mais em voga na atualidade. Não é preciso uma análise criteriosa para notar que os discursos acerca da sua relevância se multiplicam na sociedade. No entanto um olhar mais atento irá identificar a diversidade de significados, muitas vezes contraditórios, sobre a expressão “Sociedade Civil” que estão incutidos nestes discursos.

Por entender que não existe neutralidade científica, atentamos aqui que o significado atribuído a uma categoria teórica também carrega concepções, visões de mundo, refletem a posição teórica e de classe, o contexto histórico de quem o atribui. Com a Sociedade Civil não foi diferente, ao longo da história no campo das ideias políticas foi sendo significada e ressignificada.

Pretendemos neste trabalho sinalizar o legado ideológico do neoliberalismo de Terceira Via, que buscou consolidar uma “nova pedagogia da hegemonia”² considerando seus efeitos principalmente na sociedade civil, que sofre um intenso processo de expansão e ideologização que a fragmenta e a reduz a um espaço de prática do voluntariado, solidariedade e harmonia social, que substituiria a ação do Estado e resolveria as mazelas provocadas pelo mercado, se constituindo assim um “setor independente”, o chamado Terceiro Setor. A teoria crítica resgatada neste trabalho, no entanto, parte de uma leitura gramsciana de sociedade civil enquanto espaço privilegiado de disputa pela hegemonia. A atual difusão da possibilidade de um capitalismo humanizado (pregado pela Terceira Via) oculta o caráter explorador do capital, despolitiza e fragmenta a luta de classes. Nesse sentido, consideramos importante o papel da formação de intelectuais críticos no processo de contra-hegemonia na sociedade civil.

INTRODUÇÃO

A efervescência de novos processos vivenciados pela sociedade no final do século XX e início do século XXI revela, ainda que de forma nebulosa em um primeiro

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ. Bolsista FAPERJ.

² NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005

momento, que uma nova forma de sociabilidade vem sendo difundida. Faremos neste trabalho apontamentos que contribuam para o desvendamento do quadro atual relacionado a um dos elementos constituintes nessa nova forma de sociabilidade: a ideologização em cima do conceito de sociedade civil. Para tanto, no primeiro momento apontaremos os traços do neoliberalismo de Terceira Via, que está na base de fundamentação desta “nova” sociabilidade, e em seguida indicaremos seus rebatimentos no conceito de sociedade civil na contemporaneidade indicando as armadilhas que o envolvem e resgatando o sentido crítico gramsciano como contraposição ao que vem sendo difundido.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O PROJETO DE TERCEIRA VIA

A crise econômica e de legitimidade do sistema capitalista que eclode na década de 1970, cuja raiz encontra-se no exaurimento do processo de expansão e acumulação vivido nas décadas anteriores (HARVEY, 1993), demandou estratégias da burguesia para a reversão do quadro recessivo instaurado, sendo expressas na articulação de três processos: a reestruturação da esfera produtiva, o reordenamento do papel dos Estados nacionais e a mundialização da economia, em seu aspecto financeiro . O ressurgimento da ideologia neoliberal, o alastramento da cultura pós-moderna, a difusão da ideologia da globalização e da sociedade da informação completam o cenário que se estenderia às décadas seguintes (LIMA, 2007; PEREIRA, 2007.).

A política assumida a partir da década de 1970 não foi suficiente para a reversão do quadro de estagnação econômica e muito menos promoveu a redução da desigualdade social, o que exigiu novas estratégias do capital para manter sua hegemonia perante a sociedade. Neste sentido, a partir da década de 1990, o projeto neoliberal elaborado pelos intelectuais orgânicos da burguesia sofreu alterações na forma de ser conduzido, sem que isso significasse a ruptura com o sistema capitalista. Na base dessa nova face do projeto de sociabilidade está o projeto de “Terceira Via”.

O projeto idealizado pelo sociólogo britânico Antony Giddens, representa uma nova face do projeto neoliberal que ganhou força a partir da década de 1990, quando o capital enfrentara uma nova crise recessiva, demonstrando o fracasso do projeto

neoliberal³. Outro fator que possibilitou o desenvolvimento deste novo momento do projeto neoliberal foi a derrota do socialismo existente na Europa oriental e na União Soviética, que abraçaram o projeto neoliberal e executaram suas políticas da forma mais intransigente já vista até então. Posicionado entre os extremos - neoliberalismo radical e o “finado” socialismo - e aliado à necessidade burguesa de legitimar seu poder de classe, o projeto de “Terceira Via” ganha força e passa a constituir a base da refundação do projeto burguês de sociabilidade (LIMA,2007).

Em entrevista à revista *Veja*, o sociólogo Antony Giddens define o projeto de “Terceira Via” como uma social-democracia modernizada e situa o projeto:

A filosofia da "terceira via" preocupa-se em procurar o sentido das três grandes revoluções: a globalização, as transformações da intimidade e a mudança do relacionamento do homem com a natureza. (...) Ela é um movimento de centro-esquerda, ou do que temos chamado de "centro radical". Radical, porque não abandonou a política de solidariedade que tradicionalmente foi defendida pela esquerda. De centro, porque reconhece a necessidade de trabalhar alianças que proporcionem uma base para ações práticas. Da comparação entre os diversos países que têm lidado com essa hipótese, percebe-se que está emergindo uma agenda comum. Seus principais objetivos são a reforma do Estado, a revitalização da sociedade civil, a criação de fórmulas para o desenvolvimento sustentado, a preocupação com uma nova política internacional (GIDDENS, 1998).

A Terceira Via se constituiria como uma alternativa ao neoliberalismo e ao socialismo, “para além da esquerda e da direita”⁴ nas palavras de Giddens, que afirma ainda nesta entrevista que os conceitos de direita e esquerda não morreram, apenas não são propostas viáveis frente ao quadro mundial atual, demonstrando a impossibilidade de outro sistema econômico se tornar hegemônico.

Nesse sentido, Lima (2004: 11) coloca que o projeto de Terceira Via “[...] pode ser identificado como social-liberalismo, conceituação que mais claramente expressa a retomada ‘envernizada’ do projeto burguês na medida em que, por um lado, mantém as premissas básicas do liberalismo, e por outro, recupera elementos centrais do reformismo social-democrata”.

A autora identifica nas obras de Giddens algumas características, entre elas a morte do homem enquanto sujeito que constrói a história naturalizando assim o capitalismo e colocando fora de cogitação qualquer transformação societária restando

³ É importante destacar que ao final dos anos 1990 alguns movimentos internacionais de resistência ao neoliberalismo e à mundialização financeira entraram em cena, como as manifestações de Seattle e Washington e a posterior organização do I Fórum Social Mundial.

⁴ Este é o título do livro do sociólogo publicado em 1994, que lançou o debate sobre a “Terceira Via” (GIDDENS, 1998).

apenas a reforma a fim de conciliar crescimento com justiça social. Também critica o Estado de Bem- Estar Social, mas a partir disso o Estado não deveria ser o mínimo defendido pelos neoliberais, mas um Estado que tenha como papel fundamental de fomentar o empreendedorismo e a responsabilidade social dos indivíduos, grupos e empresários sociais, além de regular moralmente o mercado, o que exige uma reforma drástica do Estado. Outra crítica é direcionada à lógica neoliberal, que prega o individualismo como valor de maximização dos lucros do mercado, e defende que este valor deve estar relacionado à participação individual em ações de cooperação e solidariedade social. O resgate à lógica meritocrática de (in)capacidade individual e retoma outros elementos do pensamento liberal, tais como o mercado ser a esfera da eficiência econômica, mas que não seria auto-regulável sendo necessária a participação do Estado para garantir os contratos e a ordem estabelecida.

No entanto, no projeto da Terceira Via, o Estado não seria o mínimo defendido pelos neoliberais, mas um Estado que tenha como papel fundamental de fomentar o empreendedorismo e a responsabilidade social dos indivíduos, grupos e empresários sociais, além de regular moralmente o mercado, o que exige uma reforma drástica do Estado (LIMA, 2004). Esse é o campo que os ideólogos da “Terceira Via” preparam para a reforma do Estado, tanto do seu tamanho e funções, quanto de sua relação com a sociedade civil⁵, de modo que se busque através de uma agenda de reformas a ampliação da esfera pública não-estatal, ou seja, a divisão de responsabilidades do Estado com o setor privado. É nesse contexto que a expansão desenfreada e mercantilização do ensino ganha força, também influenciada pela política dos organismos internacionais. Destacamos a educação por ser um dos principais veículos de formação de intelectuais que serão lançados na sociedade para disputar sua direção social e difundir ideologias⁶.

⁵ “A sociedade civil constitui-se como um elemento político fundamental para a ‘terceira via’. É um espaço de ajuda mútua, de solidariedade, de fundamento da cidadania” (LIMA, 2004:17). No entanto, atentamos para a necessidade se resgatar o sentido gramsciano de sociedade civil que a situa como aparelhos “privados” de hegemonia, um conjunto de organizações ditas privadas (mas de caráter público) responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias, do consenso. Um espaço onde se disputa a hegemonia (e se realiza a contra-hegemonia). Junto da sociedade política, os aparelhos burocráticos e repressivos do Estado, formam a concepção gramsciana de Estado ampliado. Para um aprofundamento do assunto, consultar Coutinho (1992) e Semeraro (1999).

⁶ Na concepção gramsciana “todos os homens são intelectuais, mas nem todos têm na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 2004:18). Cabe destacar que todos os seres humanos têm capacidade intelectual, mas, para Gramsci, o intelectual exerce a função de dirigente, isto é, desempenha função diretiva, organizativa e educativa na sociedade. Os intelectuais são classificados por Gramsci (2004) de orgânicos e tradicionais: os orgânicos surgem articulados a uma das classes fundamentais com o intuito de lhes dar homogeneidade e consciência da própria função. As escolas são as principais formadoras de

Na perspectiva adotada aqui, que vai de encontro à proposta no programa da Terceira Via de justificação da naturalização do capitalismo, a produção e reprodução do capitalismo se concretizam através das relações estabelecidas entre as classes e são marcadas pelas ações dos sujeitos. Estas ações, na perspectiva da totalidade, não são frutos unicamente da vontade individual e sim da realidade em que o sujeito está inserido. Vale destacar a seguinte observação de Marx⁷:

[...] na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade [...] O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 1987: p. 29-30)

2. A SOCIEDADE CIVIL NA “NOVA PEDAGOGIA DA HEGEMONIA”

É possível entender o significado da reorganização da relação entre o Estado e a sociedade civil a partir da instauração do padrão “liberal corporativo”, que Coutinho (2008) explica. Este modelo, que está articulado ao ideário neoliberal, apresenta duas características fundamentais: a defesa do mercado como instância máxima de sociabilidade (justificando as privatizações e a redução da atuação estatal), e a necessidade de repolitização da sociedade civil (que passa a atuar com o ideal de solidariedade) voltada para aqueles que não se adaptaram ao mercado.

Essa repolitização se dá, pois, conforme Coutinho (2008:139) coloca, devido ao reconhecimento da burguesia de que, em uma sociedade do tipo “ocidental“, com a sociedade civil complexificada, não é mais possível recorrer a uma pura dominação sem

intelectuais orgânicos. Já os intelectuais tradicionais advêm de formações sociais anteriores; são, portanto, autônomos à classe dominante, embora a busca da hegemonia pela classe dominante leve também à busca pelo domínio ideológico dos intelectuais tradicionais. Os eclesiásticos são o exemplo mais latente deste tipo de intelectual.

⁷ Marx traça grandes linhas para explicar o impacto da emergência e consolidação do capitalismo. Atentava que este modo de produção está estruturado na produção e reprodução de mercadorias e relações sociais e é protagonizado por duas classes fundamentais e antagônicas: a burguesia (detentora dos meios de produção e da riqueza produzida) e o proletariado (detentor da força de trabalho e produtor da riqueza). A lógica mercantil se mantém então através da acumulação de riquezas à custa do trabalho excedente não pago (mais-valia) da classe proletária e perpassa todos os setores da vida social, embora o processo de produção e as relações envolvidas sejam ocultados. Portanto, é condição de existência do capitalismo que se renove constantemente na busca de alcançar sua principal finalidade que é o aumento da lucratividade. Isso implica na revolução permanente dos instrumentos de produção, portanto, as relações de produção, ou seja, as relações sociais, e com esse pensamento entendemos a necessidade, indicada por Marx, que o capital tem de ganhar novos mercados e, por isso, expandir-se pelo globo.

hegemonia, e nesse sentido a face ideológica do neoliberalismo possui papel importante de “[...] consagrar a pequena política e a pseudo-ética do privatismo desenfreado como elementos fundamentais de um senso comum que sirva de base do neoliberalismo”, o autor ainda complementa dizendo que o a proposta hegemônica da burguesia é consolidar o corporativismo do “modelo norte-americano”.

Na nova dinâmica entre estado, mercado e sociedade civil os organismos econômicos internacionais terão papel fundamental, principalmente os Bancos Multilaterais de desenvolvimento sendo porta-vozes da participação da sociedade civil como suas estratégias, conforme Freire (2006) ressalta. A autora, com base em Rabotnikof, Riggirozzi e Tussie, destaca os três enfoques centrais destes organismos internacionais, em especial o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID): 1) **as estratégias participativas**, que através dos empréstimos para as organizações não governamentais (ONGs), com projetos sociais compensatórios e de caráter assistencialista e focalista, vão passar a reduzir cada vez mais a intervenção estatal na área social. Este enfoque, como observa a autora, conduzirá a redução do conceito de sociedade civil a ONGs, e a participação não alcança a definição das macropolíticas, que por sua vez são conformadas pelos empréstimos de ajuste e reforma setorial; 2) os **investimentos no capital social**, entendido como redes de confiança no desenvolvimento econômico, no alívio da pobreza. Segundo Freire (2006,p.93)

Em vários documentos do BID, o conceito de capital social também aparece para fazer referência à dimensão cultural e organizativa sendo sempre aludido com o termo sociedade civil. [...] A ênfase dada por essas agências à relação do capital social equivale ao resgate e à valorização dos valores comunitários, com um forte sentido de integração normativa e ênfase no desenvolvimento da economia de mercado. Não seria exagero mencionar a capacidade dessa proposta de gerar e incentivar uma noção conservadora de sociedade civil e de vida pública

E, por fim, 3) o enfoque do **Estado e sociedade civil na perspectiva de “bom governo”**. Este enfoque tem como estratégia a construção de “mecanismos e instituições de negociação e acordo entre atores coletivos e de fortalecer os mecanismos de controle e vigilância pública” (2006, p.84) e recorre a um conceito mais diversificado de sociedade civil “com base em novos desenhos organizativos que anulam os espaços de conflito por meio de uma contenção social que acaba servindo de base de legitimação de governos neoliberais”. Nesse sentido, Freire (2006) alerta que há uma disputa de significados em torno do conceito de sociedade civil, disputa que trazem consigo

projetos políticos distintos. A redução da sociedade civil à ONGs ou Terceiro Setor carrega a ideologia conservadora, nestes espaços não há interesse em questionar o status quo, muito pelo contrário, busca-se a harmonização dos conflitos e a difusão da ideologia da solidariedade social e do voluntariado.

Outra autora, Neves (2008), traz contribuições importantes para a compreensão do momento histórico atual. A autora parte de duas teses centrais: o papel das políticas sociais contemporâneas enquanto instrumento de difusão de uma nova pedagogia da hegemonia, e que esta pedagogia da hegemonia tem por objetivo instaurar um novo padrão de sociabilidade, por meio da disseminação da ideologia da responsabilidade social.

A nova pedagogia da hegemonia consiste em uma série de formulações teóricas e de ações político-ideológicas utilizadas pela burguesia, para assegurar em nível mundial e no interior de cada formação social concreta, a dominação de classe, a partir da redefinição de seu projeto de sociedade e de sociabilidade para os anos iniciais do século XXI (NEVES, 2008: 1).

Segundo a autora (2008), devido à crise, já tratada anteriormente, o Estado capitalista no final do século XX precisou reformular seu papel educador de modo a viabilizar mudanças no padrão de politização das sociedades contemporâneas, uma vez que o neoliberalismo, tal como preconizou o Consenso de Washington, não assegurava mais a coesão social e esta reformulação foi uma nova estratégia para obter o consenso.

Tal reformulação se deu através de três movimentos sociais básicos, que surgiram no pós-guerra e ampliaram-se no final do século XX. Segundo Neves (2008) esses movimentos buscavam:

- Manter a população despolitizada, sem a consciência do seu papel político e econômico, e incentivar a participação política através das soluções individuais para os problemas sociais;⁸
- Refuncionalizar os aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora, tirando a transformação societária do horizonte político e de ação, e colocando a reforma do capitalismo como única opção possível para a classe trabalhadora;

⁸ No final dos anos 1990, quando esta nova pedagogia da hegemonia estava se iniciando no Brasil, estima-se que havia 19,7 milhões de voluntários (LANDIM E SCALON *apud* NEVES, 2008).

- Estimular a expansão de grupos de interesses extra-econômicos na sociedade civil e na ação orgânica dos organismos internacionais em relação à implementação de uma nova política social.

Para Neves (2008) a despolitização da classe trabalhadora, bem como a perda da identidade e da vinculação histórica de classe presentes nesta nova pedagogia, são funcionais ao capitalismo, pois desvia a atenção dos mecanismos de exploração a que são submetidos, ao mesmo tempo em que reforça o individualismo. A sociedade civil neste sentido torna-se um espaço sem antagonismos de classe, de construção de uma nova cultura cívica pautada na participação popular colaboracionista dos interesses contemporâneos da burguesia mundial.

Assim, o Estado gerencial realiza dois movimentos: de prestação de serviços compensatórios às profundas desigualdades sociais e de coordenador de iniciativas privadas a fim de efetivar a repolitização da política através do apassivamento dos movimentos sociais. (NEVES, 2005). Outra colocação importante da autora diz respeito às políticas sociais no neoliberalismo de Terceira Via, políticas estas fragmentadas, privatizadas e focalizadas, que se dão no “setor público não-estatal” com participação econômica e política de frações significativas da classe média. Estas frações possuem dupla funcionalidade neste contexto: além de serem consumidoras de bens e serviços, quando prestadoras de serviços de “interesse público”, atuam como intelectuais orgânicos, intermediando as relações entre as classes, promovendo a diluição da igualdade enquanto valor primordial da convivência coletiva e reforçando o individualismo através de suas práticas localistas.

Para Neves (2008), o processo em curso faz parte da estratégia de reversão da ocidentalização das sociedades capitalistas contemporâneas e busca consolidar o modelo “norte americano” de ocidentalização, já citado anteriormente:

Ou seja, um modelo de estruturação de poder que pressupõe, ao mesmo tempo, a despolitização da política e a repolitização da sociedade civil. Despolitização da política no sentido de criar obstáculos concretos aos projetos sociais contestadores das relações capitalistas de produção da existência e de limitar as possibilidades de mudança aos marcos de um reformismo político. Repolitização da sociedade civil no sentido de transformá-la de instância política de disputa de projetos sociais em instância prestadora de serviços sociais de interesse público (NEVES, 2008: 6-7).

Semeraro (1999) coloca que nesse contexto a sociedade civil atua como elemento moderador dos excessos do Estado e do mercado, nunca como uma nova sociedade derivada do protagonismo das massas, de sujeitos coletivos para refundarem o Estado e a economia de acordo com novos princípios de democracia substantiva.

Assim sendo, não é coincidência que as organizações estimuladas pelas agências multilaterais estejam voltadas para a ação social, mas que efetivamente não possuam capacidade de promover elementos que alterem as regras do jogo, ou seja, não são capazes de acirrar o debate, de trazer novos elementos para a reflexão, de mostrar a desigualdade como um ponto fundamental na disputa política e consequentemente garantir e universalizar a cidadania. Essas organizações, em sua grande maioria ONGs, parecem atuar apenas como uma espécie de mediação que remedia situações de pobreza (Freire, 2006, p.88).

Semeraro acrescenta, e consideramos importante resgatar, que as análises de Gramsci sobre Estado e sociedade civil devem ser inseparáveis para quem percebe que os esforços da classe subalterna estão destinados a se pulverizar se não encontrarem um sentido político “baseado no consenso ativo e se não reinventarem uma concepção de Estado e de sociedade que tenha toda a população – intelectual e socialmente emancipada – como o verdadeiro sujeito duma história capaz de conduzir até à mais elevada utopia da sociedade auto-regulada” (p. 266).

Para Gramsci, como observa Coutinho (1998), a sociedade civil é uma “importante arena de luta de classes: a partir de seu surgimento, é sobretudo nela que as classes lutam para obter hegemonia, ou seja, direção política fundada no consenso, capacitando-se assim para a conquista e o exercício do poder governamental.” (p.1) A sociedade civil proposta por Gramsci nada tem a ver com o que, atualmente, se convencionou chamar de “terceiro setor”, pretensamente situado para além do Estado e do mercado.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme vimos o conceito de sociedade civil é carregado de ideologia. Adotamos a ótica gramsciana para ressaltar que ainda vivemos em uma sociedade de classes e que a harmonização dos conflitos social pela via da ideologização em cima de conceitos como Terceiro Setor e ONGs apenas buscam encobrir os conflitos sociais e harmoniza-los. Sabemos que o espaço é curto para se abordar todas as determinantes do

momento atual, mas para criarmos uma contra-hegemonia ao momento atual é importante desmistificar as ilusões do capital e isto a tradição marxista tem tratado de fazer. Mas para além do conhecimento é necessário travar embates com intuito de se criar alternativas contra-hegemônicas, e portanto, a sociedade civil é um espaço crucial para estes embates.

4. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COUTINHO. Carlos Nelson Coutinho. *Gramsci- Um Estudo sobre seu pensamento político..* 2ª Ed. Rio de Janeiro. Editora Campus 1992
- _____. *Contra a corrente. Ensaios sobre democracia e socialismo.* 2ed. São Paulo: Cortez. 2008.
- FREIRE Silene De Moares. *As armadilhas da recente notoriedade da sociedade civil no Brasil.* In: Serviço Social, Política social e trabalho: desafios e perspectivas para o século XXI, Freire, L.M.B., Freire, S. de M e Castro, A.T.B. (orgs). São Paulo: Cortez, Rio de Janeiro: UERJ, 2006.
- GIDDENS. A.. *Há uma alternativa.* Entrevista: Anthony Guiddens. Disponível em http://veja.abril.com.br/300998/p_011.html. Acesso em setembro de 2008.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere. Volume 2- Os intelectuais. O princípio educativo.* Jornalismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna.* Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1993
- LIMA, K. R. de S. Terceira Via ou social-liberalismo: bases para a refundação do projeto burguês de sociabilidade. In *Universidade e Sociedade*, ano XIV, n. 34, outubro de 2004
- _____. *Contra-reforma na Educação Superior: de FHC a Lula.* São Paulo: Xamã, 2007.
- _____. Para a crítica da Economia Política. Introdução. Prefácio. In Marx, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos.* São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.* São Paulo: Xamã, 2005
- _____. Políticas sociais contemporâneas: teses para discussão In *Políticas Públicas & Serviço Social: análises e debates. Publicação do Observatório Social.* Rio de Janeiro, junho de 2008. Disponível em <http://www.assistentesocial.com.br>. Acesso em junho de 2010
- SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e sociedade civil. Cultura e Educação para a Democracia.* Rio de Janeiro: Vozes, 1999.